

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1161 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 24 de Outubro de 2012 Publicação: Quinta-feira, 25 de Outubro de 2012

PORTARIA STJ N. 417 DE 24 DE OUTUBRO DE 2012.

Dispõe sobre o controle de acesso, bem como de circulação e permanência, de pessoas ao Superior Tribunal de Justiça.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 21, inciso XXI, do Regimento Interno e considerando o que consta do Processo STJ n. 10.133/2011,

RESOLVE:

Art. 1º O controle de acesso, bem como de circulação e permanência, de pessoas às dependências do Superior Tribunal de Justiça obedecerá ao disposto nesta portaria, sujeitando-se a ela todas as pessoas que adentrarem o Tribunal.

Art. 2º O sistema de controle de acesso de pessoas às dependências do Tribunal compreende a identificação, o cadastro, o registro de entrada e saída, a inspeção de segurança e o uso de instrumento de identificação e é constituído pelos seguintes dispositivos físicos e eletrônicos:

- I – crachás de identificação pessoal;
- II – pórticos detectores de metal;
- III – detectores de metal portáteis;
- IV – catracas;
- V – circuito fechado de televisão (CFTV);
- VI – equipamentos de raios X;
- VII – cofre para guarda de armas;
- VIII – outros dispositivos aplicáveis ao controle de que trata esta portaria.

Parágrafo único. Para os fins desta portaria, considera-se:

I – identificação: a verificação de dados ou indicações concernentes à pessoa interessada em ingressar nas dependências do Tribunal;

II – cadastro: o registro, em dispositivo próprio, dos dados referentes à identificação da pessoa autorizada a ingressar nas dependências do Tribunal e, se for o caso, cópia do documento apresentado;

III – inspeção de segurança: a realização de procedimentos destinados à vistoria em pessoas, por meio de equipamentos detectores de metal fixos e portáteis, e em cargas ou volumes, por meio de equipamentos de raios X, visando identificar objetos que coloquem em risco a integridade física das pessoas ou do patrimônio no âmbito do

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1161 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 24 de Outubro de 2012 Publicação: Quinta-feira, 25 de Outubro de 2012
Tribunal;

IV – dependências do Tribunal: instalações físicas onde funciona o Superior Tribunal de Justiça.

Art. 3º A Secretaria de Segurança fornecerá, mediante a apresentação de documento de identidade oficial ou outro de validade em todo o território nacional, os instrumentos de identificação, destinados a:

I – servidores ativos e aposentados;

II – desembargadores e juízes;

III – advogados, membros do Ministério Público, advogados da União e defensores públicos;

IV – empregados de empresas prestadoras de serviço;

V – estagiários;

VI – visitantes;

VII – profissionais da imprensa;

VIII – pessoas no exercício de atividades permanentes ou eventuais.

§ 1º O instrumento de identificação (crachá), de uso obrigatório nas dependências do Tribunal, deverá ser utilizado de forma visível, acima da linha da cintura do vestuário.

§ 2º O uso e a guarda do instrumento de identificação são de inteira responsabilidade de seu usuário, que responderá por extravio, dano, descaracterização ou mau uso.

§ 3º Para ter acesso às dependências do Tribunal, a pessoa deverá aproximar o instrumento de identificação da catraca para a leitura e liberação do acesso.

§ 4º O instrumento de identificação é personalíssimo, sendo vedado seu uso para a liberação de acesso de terceiro, servidor ou não.

§ 5º O instrumento de identificação concedido em caráter provisório será válido por um dia; após esse período, deverá ser devolvido à Secretaria de Segurança, sob pena de ressarcimento do custo de reposição de novo instrumento.

§ 6º O instrumento de identificação de que trata o parágrafo anterior poderá ser fornecido por até três dias consecutivos; após esse período, o documento de identificação permanente será considerado extraviado, devendo o usuário proceder conforme definido no art. 11.

Art. 4º Advogado que militar com frequência no Tribunal, atuando em pelo menos três processos e fazendo seis visitas mensais, poderá requerer crachá permanente, com foto, para uso exclusivo nas dependências do Tribunal, mediante o ressarcimento das despesas de emissão do instrumento.

§ 1º A comprovação de que o advogado milita frequentemente no Tribunal se dará por meio de consulta a seus acessos nos três últimos meses antes da data do pedido do instrumento de identificação permanente.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1161 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 24 de Outubro de 2012 Publicação: Quinta-feira, 25 de Outubro de 2012

§ 2º O instrumento de identificação de que trata o § 1º terá validade de doze meses, podendo ser renovado por igual período, caso mantidas as condições que ensejaram sua emissão.

§ 3º O uso do instrumento de identificação permanente em desacordo com esta portaria ensejará seu bloqueio e recolhimento, sem prejuízo de comunicação à seccional da Ordem dos Advogados do Brasil onde estiver registrado o profissional.

Art. 5º É vedado o ingresso no Tribunal de pessoa que:

I – esteja portando arma de qualquer natureza, ressalvado o disposto no art. 7º desta portaria;

II – não esteja trajada segundo as normas internas e segundo o decoro exigido pelo Poder Judiciário;

III – seja justificadamente identificada como indivíduo passível de representar algum risco real à integridade física e moral da instituição e a seus processos, bem como aos ministros, autoridades, servidores, colaboradores, usuários e visitantes;

IV – esteja acompanhada de qualquer espécie de animal, salvo cão-guia pertencente a portador de deficiência visual devidamente identificado.

§ 1º É proibida a entrada de pessoa para a prática de comércio e de propaganda em qualquer de suas formas, assim como para a solicitação de donativos sem a devida autorização do diretor-geral, salvo se estiver vinculada a contrato firmado com o Tribunal.

§ 2º É vedado, ainda, o acesso de prestadores de serviços autônomos que não estejam vinculados a contrato ou a convênio firmado pelo Tribunal.

§ 3º Os profissionais de serviço de entrega de qualquer natureza, bem como os mensageiros de coleta de doações a entidades diversas, terão seu acesso restrito às portarias do Tribunal, salvo quando autorizado pelo secretário de segurança.

§ 4º As autoridades e os servidores da área de segurança reservam para si o direito de não permitir o acesso, às dependências do Tribunal, de pessoas que, sob o argumento de direitos e garantias individuais, se considerarem desobrigadas de cumprir as medidas de segurança dispostas nesta portaria.

§ 5º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, o acesso não será autorizado tendo em vista o dever da administração de zelar pela segurança dos que trabalham no Tribunal e dos que circulam por suas dependências.

Art. 6º Visando garantir a segurança, a ordem e a integridade patrimonial e física da instituição, bem como a segurança e a integridade física de seus membros, de autoridades, de servidores e de outras pessoas, serão adotadas as seguintes providências:

I – as pessoas que adentrarem as dependências do Tribunal estarão sujeitas a triagem de segurança por meio de equipamentos de raios X e detectores de metal ou por meio de outra vistoria necessária;

II – em virtude de determinação superior, os visitantes poderão ter seu acesso condicionado a autorização prévia do titular da unidade à qual se destinam, mediante consulta telefônica;

III – cargas ou volumes, tais como sacolas, malas, pacotes ou bolsas,

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1161 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 24 de Outubro de 2012 Publicação: Quinta-feira, 25 de Outubro de 2012
portados por qualquer das pessoas mencionadas no art. 3º desta portaria estarão sujeitos à triagem prevista no inciso I deste artigo tanto no momento do ingresso nas dependências do Tribunal quanto no da saída;

IV – as informações e os registros do sistema de controle de acesso são de caráter reservado e somente poderão ser fornecidos a pedido do próprio interessado ou por determinação do diretor-geral da Secretaria do Tribunal;

V – as imagens do circuito fechado de televisão do Tribunal são de caráter sigiloso e só serão liberadas por despacho do diretor-geral, mediante requisição de autoridade policial ou judicial competente;

VI – o claviculário do Tribunal, sob a responsabilidade da Secretaria de Segurança, somente efetuará o empréstimo de chave a servidor lotado na unidade solicitante, por meio de registro em formulário próprio, depois da devida formalização do pedido pelo respectivo chefe da unidade, procedimento a ser observado, também, quando da solicitação de confecção de cópia de chave;

VII – o acesso às dependências do 1º andar do Bloco C é restrito a:

- a) ministros da ativa e aposentados;
- b) subprocuradores-gerais da república com assento nas sessões de julgamento;
- c) servidores, prestadores de serviço, estagiários e credenciados que estejam realizando tarefas afetas aos trabalhos das sessões de julgamento ou lotados em unidades nele localizadas;

VIII – é vedado o uso das saídas de emergência externas de qualquer das dependências do Tribunal como meio alternativo de entrada ou saída ou com finalidade diversa daquela para a qual se destinam.

§ 1º Para efeito do disposto no inciso I, os portadores de marca-passo, comprovada tal situação por documento previamente apresentado ao serviço de portaria, e os portadores de necessidades especiais terão acesso por porta lateral, devendo, em ambos os casos, a inspeção pessoal ser feita por meio de detector de metal portátil.

§ 2º As informações e os registros a que se refere o inciso IV serão acessados apenas pela unidade competente da Secretaria de Segurança.

Art. 7º Poderão portar armas de fogo no âmbito do Tribunal, na forma da lei, desde que em serviço e previamente identificados pela Secretaria de Segurança, os policiais em missão de escolta e os profissionais em custódia de valores.

Art. 8º Ocorrendo o acionamento do alarme do portal detector de metal, a pessoa cuja passagem o tiver provocado deverá colocar os objetos que estiver portando na caixa de inspeção do equipamento de raios X e, em seguida, passar novamente pelo portal.

§ 1º O ingresso só será permitido após a averiguação do objeto que tiver provocado o acionamento do alarme do portal, devendo ser ressaltado que as averiguações, quando necessárias, poderão ser feitas por intermédio de vistoria na pessoa e em volumes transportados. Havendo recusa, em nenhuma hipótese tal pessoa será admitida no interior das unidades.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1161 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 24 de Outubro de 2012 Publicação: Quinta-feira, 25 de Outubro de 2012

§ 2º Se o objeto que tiver provocado o disparo do alarme não oferecer risco à segurança das pessoas e instalações, será imediatamente entregue a seu possuidor. Caso contrário, será retido, contra recibo, pelo servidor encarregado da segurança, somente sendo devolvido quando da saída de seu portador.

§ 3º Identificado armamento de qualquer espécie tanto pelo sistema de raios X quanto pelo detector de metais, as pessoas que o estiverem portando ou transportando deverão apresentar ao serviço de portaria o certificado de registro/porte de arma ou condição que autorize o porte, no caso de magistrados, oficiais das Forças Armadas e policiais, para os devidos registros.

Art. 9º O ingresso nas dependências do Tribunal fora do horário de expediente somente será permitido:

I – a servidores, quando a chefia imediata solicitar o acesso por meio do preenchimento e envio do formulário eletrônico disponível na página da segurança na intranet ou encaminhar o pedido ao *e-mail* institucional;

II – a empregados de empresas contratadas ou estagiários, quando a unidade interessada encaminhar comunicação prévia e formal à Secretaria de Segurança indicando o nome, a matrícula ou o número da carteira de identidade e o tipo de serviço a ser executado, bem como o local, a data e o tempo previsto de permanência no Tribunal.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos ministros.

Art. 10 Durante os eventos realizados nas dependências do Tribunal, ficarão sujeitos ao uso de instrumento de identificação específico:

I – os participantes;

II – os prestadores de serviços que trabalharem no evento.

§ 1º A entidade promotora deverá encaminhar, previamente, à Secretaria de Segurança relação detalhada das pessoas envolvidas no evento contendo nome, cargo ou função, matrícula ou número da carteira de identidade e, ainda, dados dos órgãos e das empresas participantes.

§ 2º A cobertura jornalística de atividades e eventos desenvolvidos nas dependências do Tribunal será feita por profissionais da área de imprensa devidamente credenciados pela Secretaria de Comunicação Social e identificados por instrumento específico, na forma prevista em regulamento próprio daquela unidade, sendo a segurança do Tribunal informada para as ações que se fizerem necessárias.

Art. 11. O extravio ou o dano do instrumento de identificação, permanente ou provisório, deverá ser imediatamente comunicado à segurança do Tribunal e implicará o ressarcimento, por parte do usuário responsável, do custo de reposição de novo instrumento.

§ 1º O custo será estabelecido por meio de portaria do diretor-geral.

§ 2º O ressarcimento das despesas com a emissão de novo instrumento de identificação será feito:

I – pelo servidor, mediante débito em folha de pagamento, tanto para os instrumentos de caráter permanente quanto para os de caráter provisório;

II – pelas demais pessoas, mediante guia de recolhimento à conta do

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1161 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 24 de Outubro de 2012 Publicação: Quinta-feira, 25 de Outubro de 2012
Tribunal.

§ 3º A formalização do comunicado de que trata o *caput* será feita por meio do preenchimento de formulário específico constante da página da segurança na intranet e apresentação à Secretaria de Segurança.

§ 4º Responderão solidariamente pelo custo do ressarcimento do instrumento de identificação os órgãos conveniados e as empresas contratadas quando seus representantes e empregados, em atividade oficial ou em caráter permanente ou eventual no Tribunal, não o devolverem e não recolherem à conta do Tribunal o valor estipulado para ressarcimento do dano causado.

Art. 12. Desfeito o vínculo do usuário com o Tribunal, será obrigatória a devolução do instrumento de identificação diretamente à Secretaria de Segurança, que emitirá um termo de quitação (nada-consta) atestando o recebimento em perfeitas condições de uso.

Art. 13. A inobservância das disposições desta portaria e o mau uso do instrumento de identificação implicarão seu cancelamento e recolhimento, sem prejuízo das sanções cíveis, penais, administrativas ou contratuais cabíveis.

Art. 14. A gestão do sistema de controle de acesso de pessoas é da competência da Secretaria de Segurança.

Art. 15. Os casos omissos serão resolvidos pelo diretor-geral.

Art. 16. Fica revogada a [Portaria n. 329 de 19 de outubro de 2011](#).

Art. 17. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro FELIX FISCHER